



**ESTADO DO MARANHÃO
DEFENSORIA PÚBLICA
CORREGEDORIA GERAL**

PROVIMENTO Nº. 30, de 15 de abril de 2011

Dispõe sobre o fornecimento do número de telefone celular e residencial para assistidos.

A CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o direito a privacidade e ao repouso;

CONSIDERANDO as reclamações que chegam a esta Corregedoria-Geral acerca do fornecimento indiscriminado do número do telefone celular e residencial dos Defensores Públicos para assistidos;

CONSIDERANDO que tal fornecimento, a depender da área de atuação do defensor, pode implicar risco para a própria integridade física do mesmo;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica proibido o fornecimento do número de telefone celular ou residencial dos Defensores Públicos para as partes, tanto por servidores desta instituição, quanto por outros Defensores, salvo autorização expressa do Defensor.

Art. 2º. É permitido o fornecimento do e-mail institucional do Defensor Público e telefones institucionais.

Art. 3º. Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Luís (MA), 15 de abril de 2011.

Defensora Pública **Fabíola Almeida Barros**
Corregedora-Geral da Defensoria Pública do Estado do Maranhão